

ATA Nº14

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 27 de setembro de dois mil e dezanove.** -----

-----No vigésimo sétimo dia do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Liliana Barreira e Víctor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 28/06/2019;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PARA CONHECIMENTO;** ----

----- **PONTO TRÊS: ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SUBSTITUTO (TAMBÉM ESTE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA) PARA REPRESENTAR TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO DE VAGOS NO XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;** -----

----- **PONTO QUATRO: QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – DL 20/2019, DE 30 DE JANEIRO – CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DE PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS;** -----

----- **PONTO CINCO: IMPOSTOS MUNICIPAIS;** -----

----- **PONTO SEIS: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM;** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Costa Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Xavier Prior Neto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, eleitos na lista do PSD; -----

----- Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Paulo Alexandre Ferreira Malta, António Bastião em substituição de Patrícia Neves Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Rosa Martins, em representação de Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos e Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Maria Pedro Silva, Maria Helena Marques, Patrícia Neves Ferreira, Amílcar Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António.

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhora Susana Gravatos senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----A – Apreciação e votação da ata da sessão de 28 de junho de 2019. -----

----- O senhor Presidente da Mesa informou de que depois de ter sido enviada a ata aos membros desta Assembleia acrescentou um parágrafo na parte final, para ela ser condizente realisticamente com aquilo que aconteceu, com esta redação: *“Entretanto, os trabalhos foram temporariamente interrompidos para audição e transcrição da intervenção do senhor Victor Figueiredo para a minuta da ata.”* De seguida a ata, da sessão realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e dezanove, foi submetida a votação tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre vinte e nove de abril e vinte e oito de junho de dois mil e dezanove. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. O senhor Presidente da Assembleia informou de que recebeu um requerimento do cidadão Victor Figueiredo a solicitar a gravação da sessão de junho ao qual lhe foi respondido, e tendo por base os pareceres da CCDR, que a gravação das sessões é uma ferramenta para ajudar na elaboração da ata e, como tal, não pode ser disponibilizada. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para usar da palavra e referiu que os membros acabaram de assinar uma ata que diz, nas páginas 9 e 10, *“o senhor Presidente fará a resposta formal e entregá-la-á ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que fará com ela o que bem entender”*. Isto foi em relação ao requerimento que tinha sido apresentado na penúltima reunião pelo Partido Socialista. Depois na página 12 da ata diz-se *“o senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e referiu que vai ser remetido a todos os membros da Assembleia Municipal esta resposta e os documentos que acabou de receber.”* Se o senhor Deputado

percebeu bem nem a Câmara Municipal enviou os documentos à Mesa da Assembleia Municipal nem o Presidente da Assembleia Municipal os remeteu aos membros deste Órgão. Por uma questão institucional o senhor Deputado gostava que isso fosse feito e tão breve quanto possível. Em segundo lugar, em relação às comunicações, sempre pensou que quando se falava no Salão Nobre o “Nobre” que era um substantivo, mas porventura agora passou a adjetivo. Na última convocatória, enviada aos membros da Assembleia Municipal, no edital Nobre esta escrito com minúsculas e o senhor Deputado gostaria que voltasse a ser escrito com maiúsculas. Em terceiro lugar, há uns meses atrás detetou-se que a Câmara Municipal estava em incumprimento em relação à alínea x) do nº1 do artigo 35º da Lei das Autarquias Locais que diz que é obrigação do Presidente da Câmara Municipal remeter à Assembleia Municipal a minuta das atas e as atas das reuniões da Câmara Municipal logo que aprovadas. Portanto, sabendo-se disso questionou o senhor Presidente da Assembleia Municipal se o senhor presidente da Câmara tem cumprido este preceito legal, se está em violação desta norma legal e se pactua, admite, que a câmara não faculte esta informação. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e esclareceu que em relação à questão da comunicação, que se encontra na ata, não foi enviada, por lapso da Mesa, mas irá ser remetida com a maior brevidade. A falha não foi da Câmara Municipal, e sim da Mesa da Assembleia Municipal, que não enviou a informação conforme havido dito na última sessão, e por isso pediu desculpas pelo sucedido. Em relação à questão do “Nobre” irá ser corrigida, foi um lapso de escrita, e não qualquer intenção de desprestigiar o local, ou seja, o Salão Nobre. Relativamente à questão do envio das atas minutas e atas da Câmara Municipal o assunto já foi abordado em conferência de líderes e ficou-se de alertar a Autarquia para esta situação. O senhor Presidente da Mesa ainda não o fez porque a circunstância na qual foi detetada, e a forma como o senhor Deputado colocou a questão, não foi o grupo municipal do PS, em conferência de líderes e ficou-se de dar tratamento ao assunto para que se a Câmara tiver que ser obrigada a comunicar para que o faça. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu para usar da palavra e referiu que a câmara enviará imediatamente as atas ao senhor Deputado Óscar Gaspar, embora elas sejam publicadas no *site* da Autarquia mal são aprovadas. Mas, se é obrigatório, a Câmara Municipal passará a enviar. O senhor Presidente pediu desculpas por nunca ter sido cumprido esse preceito e esclareceu que não havia qualquer intenção de ocultar nada porque essa documentação é pública e está no *site* acessível a qualquer cidadão. -----

-----**C – Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelas senhoras Deputadas Maria Pedro Silva, Maria Helena Marques e Patrícia Ferreira à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra para fazer duas questões. A primeira tem a ver com os processos jurídicos referindo em concreto à rescisão do contrato com a empresa de recolha dos resíduos sólidos urbanos, a Luságua. Na rescisão do contrato aparece uma data mas o senhor Deputado continua a ver a empresa laborar e, por isso, pergunta como é que se vai desenrolar todo o processo desta situação. A segunda questão prende-se com uma notícia que saiu na comunicação social, há uns dias, que existem algumas Câmaras Municipais que não tinham o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. A pergunta é se a Câmara Municipal de Vagos tem, ou não tem, Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e se não tem porque é que não tem. -----

----- A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra e referiu como membro do grupo municipal do PSD cumpre-lhe manifestar a total preocupação com a Unidade de Saúde do Covão do Lobo. Face à lacuna que persiste ao longo do tempo no acesso aos cuidados de saúde primários nesta zona sul do concelho deve citar que o Dr. Pedro Almeida, Diretor Executivo do ACeS Baixo Vouga, em entrevista à VagosFM, a doze de março deste ano, esclareceu que o espaço seria alvo de empreitada de requalificação, por não apresentar condições necessárias para funcionar, garantido que após as obras a Unidade de Saúde de Cuidados Primários seria reestruturada. Para além desta divulgação pública da opinião dele em reunião, na qual a senhora Deputada também esteve presente, no Conselho da Comunidade, no final do ano dois mil e dezoito, fui assumido este compromisso assim como a atribuição de mais quatro médicos ao concelho de Vagos. A empreitada foi executada, as infraestruturas existem, com o papel ativo da Junta de Freguesia, e importa saber e perceber o porque da persistência desta problemática. É do conhecimento, pelo menos da senhora Deputada, de muitos profissionais de saúde e da população em geral que utiliza o SNS, que a falta de recursos humanos pautava o SNS na atualidade. É reconhecido pela Dr^a Marta Temido, em entrevista à Rádio Renascença, recentemente, que a meta de atribuição de médico de família a todos os utentes falhou por parte deste Governo. Importa, ainda, contextualizar que esta falta de recursos humanos traduz-se e tem repercussões económicas, até porque os serviços que funcionam vinte e quatro horas por dia têm de ser manter abertos com os recursos humanos existentes e, como tal, o aumento de horas extraordinárias pagas em dois mil e dezoito são 25% mais que em dois mil e dezoito, 25% é um quarto do orçamento. Está-se a falar em números como cento e sete milhões de euros gastos com horas extraordinárias a médicos, horas essas que não incluem os serviços pagos a tarefeiros, é só o pessoal contratado, e duzentos e sessenta milhões pagos a enfermeiros, sendo que os valores por hora pago a um enfermeiro é incomparavelmente inferior ao de um médico. Esta é apenas uma análise que persiste nos médias e que permite perceber, ou tentar perceber, o porquê desta problemática se manter. Sendo que o panorama nacional é este Vagos, naturalmente, não seria diferente, e sendo esta uma situação permanente e que carece de uma resolução célere a senhora Deputada gostaria de interpelar o senhor Presidente da Câmara Municipal no sentido de saber quais as medidas e as diligências tomadas pelo Executivo Municipal no sentido de resolver esta questão. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara referiu que tendo em consideração o aspeto paisagístico degradante em que se encontra o terreno anexo à Câmara Municipal, conhecido como terreno da Cerâmica de Vagos, nomeadamente o muro em ruínas onde passam milhares de veículos por dia e onde se localiza uma majestosa torre que merece ser conservada, apela para que se interesse por encontrar uma rápida solução para resolver o problema. Porque não pensar a sério na sua aquisição e elaborar um plano de urbanização para aquela zona, nomeadamente habitacional e paisagístico. Assim dignificaria a zona circundante ao edifício da Câmara Municipal que merece mais dignidade e seria um investimento em que a Autarquia não tinha nada a perder, antes pelo contrário, tanto mais que possui vários lotes de terrenos localizados na Avenida João Grave que poderiam ser dados em troca. O senhor Deputado gostava de ver a vila de Vagos mais bonita, mais airosa e com os olhos postos na cidade. Entretanto, aproveitou a oportunidade para reavivar o apelo de reorganizar o processo de elevação a vila as freguesias de Calvão, Ponte de Vagos e Gafanha da Boa Hora. O senhor Basílio vive e, Vagos há oitenta e dois anos e, por isso, não pode aceitar que um concelho com onze Freguesias tenha apenas duas vilas, sem contar com a vila antiga de São Romão. O processo foi organizado, deu entrada na Assembleia da República, foi aceite mas alguém o recusou. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que na sessão de fevereiro questionou qual o ponto de situação do projeto de execução da requalificação da Escola Básica de Ouca e aquilo que lhe foi transmitido é que em breve seriam adjudicados os projetos de execução, quer de Ouca quer de Vigia. O senhor Deputado volta a perguntar qual o ponto de situação destes projetos. Entretanto, questionou também qual o ponto de situação da campanha de apoio à esterilização dos gatos e cães de companhia, visto existir muita procura de informação por parte dos habitantes da Freguesia. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou a sua intervenção referindo-se à área do Turismo e perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal quantos técnicos de Turismo tem a Câmara Municipal e como é que está a funcionar esta área. Ao senhor Deputado pareceu-lhe que a organização do Turismo este verão, nomeadamente no Posto de Turismo que esteve aberto na Vagueira, não funcionou bem. Tem de se ter consciência de que em Portugal existe uma “galinha de ovos de ouro” e tem vindo a crescer imensos em termos dos países emissores de Turismo para Portugal mas isto não nasce de geração espontânea. Portugal tem há uma série de anos a melhor agência de Turismo do mundo. Este ano pela primeira vez Portugal teve o prémio para as melhores infraestruturas turísticas do mundo. Tudo isto dá muito trabalho, dá muito trabalho a pensar, a organizar, a implementar e, portanto, não se pode tomar como certo que de repente vem uns milhares de turistas e querem comprar casa, querem ir aos restaurantes e querem fazer passeios. É óbvio que tudo isso exige uma estratégia. Nos documentos estratégicos elaborados pela Universidade de Aveiro para a Câmara Municipal de Vagos estava lá bem explícito o que era necessário fazer. Aquilo que para o senhor Deputado é inaceitável é que se tenha um “guiché” de Turismo aberto e que não se saiba exatamente o que é que se quer fazer com aquele

local, isto é, se é suposto dar-se informação para os turísticos nacionais se para os turistas estrangeiros, que tipo de visitas. Essa informação é feita de forma muito pouco profissional e tem custos, porque as pessoas/turistas fazem a sua avaliação e quando depois tomam as decisões de regressar ou não regressar. É muito importante que se tenha um plano de turismo e se tenha gente qualificada a preparar e a implementar um plano de promoção turístico do concelho de Vagos. Uma outra preocupação que abordou prende-se com o Programa Vagos em Ação Júnior, um programa muito meritório e a informação que existe é que correu bem. No entanto, o senhor Deputado quis deixar um alerta, ou seja, não é admissível ter jovens de dezasseis anos a serem monitores autónomos de grupos de jovens com dez, onze ou doze anos. É inaceitável. É compreensível que se ponham esses jovens de dezasseis anos em equipas e que também ajudem e colaborem na organização mas é de todo inaceitável, quer em termos pedagógicos como em termos de responsabilidades várias, que se atribua uma responsabilização a quem não a pode ter. Um outro assunto que abordou foi a questão da Ria Blades, um tema muito grave que já foi aqui discutido na última Assembleia. Tanto quanto se sabe é uma questão que está em solução, é algo que é muito importante para o concelho e cumpre aqui relevar que tem sido muito importante que as diversas instituições e as diversas entidades tenham trabalhado em conjunto e tenham contribuído para salvaguardar centenas de postos de trabalho no concelho de Vagos e esta mais-valia industrial. Estas eram de facto as grandes preocupações em termos de concelho mas não quis deixar de referir mais duas questões, um pouco mais laterais para aquilo que são os cidadãos. A primeira delas era perguntar ao líder do PSD de Vagos, também porta-voz do PSD nesta Assembleia Municipal, se ele está solidário com aquilo que foi a ação dos seus companheiros de Partido em Oliveira do Bairro. Gostava de saber se o Partido Social Democrata de Vagos secunda aquilo que é a posição e aquilo que é a crítica dos Autarcas do PSD de Oliveira do Bairro em relação à Câmara Municipal e à forma como esta organiza os seus documentos, nomeadamente o Orçamento e Plano de Atividades. O senhor Deputado alertou os membros desta Assembleia do grupo municipal do PSD se têm plena consciência, quando votam e quando aprovam alguns documentos da Câmara, de todos os pressupostos que estão na base desses documentos. A segunda questão abordada prende-se com o facto de nos últimos meses ter havido situações que causaram, ao senhor Deputado, alguma estranheza. O senhor Deputado tem por hábito ver as capas dos jornais na véspera e no dia sete de agosto foi sobressaltado por uma capa do jornal i que dizia *“Autarca de Vagos queixa-se de falta de respeito e autoritarismo”*. O senhor Deputado pensou no que é que teria acontecido que tenha levado o senhor Presidente da Câmara a queixar-se de falta de respeito e de autoritarismo, pensado que tenha havido algum problema, por exemplo: nas obras da estrada Rines-Sanchequias; são os fundos comunitários que faltam; houve alguma vandalização; foi desrespeitado publicamente em alguma cerimónia; houve algum avanço do mar e não foi possível por lá areia, enfim, pensou uma série de coisas que pudessem levar a que o Presidente da Câmara Municipal de Vagos fosse manchete num jornal nacional. No dia seguinte quando o jornal veio para as bancas percebeu que afinal não era exatamente o Autarca de Vagos e sim um membro do PSD de Vagos. O senhor Deputado percebe bem estas questões,

percebe bem o incómodo e também percebe que o senhor Presidente da Câmara por ventura gostasse de ter o Dr. Rui Cruz mais em Lisboa do que por aqui. Contudo, isto causa mocha ao concelho, porque as pessoas que leem o jornal não conhecem o Presidente de Câmara de Vagos e ficam com a ideia que de facto há aqui uma confusão grande. Não é pelo facto do Dr. Rui Cruz ir em sétimo lugar na lista do PSD que com certeza o resulta é mau. O resultado do PSD é mau, porque tem de ser mau, porque há aqui uma avaliação como deve ser feita em relação à última legislatura e os portugueses sabem quem é que contribuiu para o aumento do emprego, para a redução da sobretaxa do IRS, para a redução do IVA da restauração, para aumento de apoios aos idosos às crianças. Por muito que se “salte e se cante” em relação à lista dos Deputados do PSD isto de facto é um *fait divers* e em parte nenhuma merecia ser capa de um jornal nacional. -----

----- O senhor Deputado José Augusto Martins usou da palavra e referiu que é residente em Vagos e como tal preocupa-o, há muito tempo, mas neste momento mais, o estado em que as estradas da vila se encontram. Estas palavras podem não ficar bem a um membro do grupo municipal do PSD mas o senhor Deputado como está aqui para olhar pela sua terra entende que é altura da Autarquia pensar que a vila de Vagos também precisa de algumas obras, porque as estradas assim o necessitam. Para além disto quis deixar o desejo de rápidas melhoras para o Presidente da Junta de Freguesia de Vagos, porque é um elemento que faz muita falta. -----

----- A senhora Deputada Madalena Pinto usou da palavra para informar de que houve mais uma reunião da CPCJ onde foi dada uma boa notícia. As problemáticas em relação aos jovens continuam a ser as mesmas, a mais dominante é a violência doméstica. Em relação ao ano anterior há mais dois casos referenciados, o acompanhamento está a ser feito, a equipa está a fazer um trabalho extraordinário. A boa notícia é que os jovens poderão ser acompanhados e ajudados até aos vinte e cinco anos se assim o entenderem. Todos os jovens têm direito à igualdade, à educação e se quiserem endereçar na universidade ou num curso profissional existe documentação a ser preenchida para solicitar apoio, desde que reúnam determinadas condições, tais como sucesso escolar, comportamento cívico adequado e vontade de ser alguém. Reunindo estas condições, e mais algumas, a Segurança Social disponibiliza uma verba monetária para ajudar estes jovens a irem para a Universidade ou para tirar um curso profissional. Esta é uma boa notícia, cada vez mais se está em igualdade de oportunidades. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e referiu que vem partilhar com os presentes algum descontentamento que lhe “caiu sobre os ombros” este verão. Há uma série de coisas que estão por fazer na Freguesia de Calvão. A primeira questão tem a ver com os projetos apresentados e os requerimentos sem resposta, isto é, a Junta de Freguesia apresentou uma série de projetos desde que foi eleita. Em colaboração com os serviços da Câmara alguns têm sido feitos mas há outros sobre os quais não tem havido qualquer resposta, e são principalmente projetos que visavam fazer intervenções para promover a segurança na circulação em alguns pontos da Freguesia. A Junta de Freguesia pediu a desenhadores e topógrafos que fizessem o projeto, para acelerar o mesmo, mas até à presente data não há resposta por parte da Câmara Municipal e isso custa porque não se sabe se é possível ou não avançar. Há promessas feitas pela

Junta de Freguesia antecessora a pessoas da Freguesia e que continuam por cumprir provocando o descontentamento. Os requerimentos por causa dos passeios foram apresentados pelo menos onze pedidos, a requerer material com as medidas, e continuam se resposta. Há pessoas a dizer que se dirigem aos serviços da câmara para obter respostas e a Câmara Municipal remete-os para a Junta de Freguesia. Neste sentido o senhor Deputado gostaria de saber como é que se processa esta situação, ou seja, o material, pavê e lancil, é fornecido pela Autarquia e os proprietários pagam a mão-de-obra para colocação, sim ou não. A Junta de Freguesia ainda não tem informação formal sobre este assunto. O senhor Deputado perguntou, também, que é que faz o alinhamento. Os técnicos da Câmara primam pela ausência e as pessoas continuam a fazer perguntas. Outra questão abordada prende-se com a Comissão de Trânsito, ou seja, a Junta de Freguesia continua a aguardar o agendamento de uma reunião por causa de uma série de propostas sobre pontos difíceis naquela Freguesia, o primeiro dos quais o cruzamento junto à Padaria Pastelaria “A Broa do João”, onde continuam a haver pequenos toques e engarrafamentos. O objetivo da reunião será o de apresentar propostas com o intuito de zelar pela segurança das pessoas da Freguesia de Calvão. Relativamente às obras a Câmara Municipal pediu a colaboração da Junta de Freguesia, dentro das suas possibilidades, que são limitadas, na realização de algumas obras e a Junta colaborou. A Câmara Municipal cedeu o material para os sanitários da terceira casa de banho do Jardim de Infância e a Junta de Freguesia pagou a mão-de-obra. A Câmara Municipal pediu colaboração para fazer o muro, deu o material e o muro está feito e, neste momento, é um problema grave, ou seja, a grade tem de passar para o muro novo porque quando vier o tempo de chuva vai ser complicado. É também necessário de passar as caixas e acabar o prometido. A Câmara Municipal comprometeu-se a ceder o material para o muro e o ferro veio uma semana depois do muro estar pronto. A Junta de Freguesia adiantou este material e espera que a Câmara Municipal venha a repô-lo. Este ano há mais crianças no Jardim de Infância e há mais trânsito. A Junta de Freguesia está a investir, com a Associação de Pais, na melhoria das condições das crianças e, neste momento, o ponto mais complicado é o estacionamento do autocarro. O muro que lá está tem de ser retirado, as obras têm de ser concluídas com a maior brevidade possível. Relativamente à iluminação no Barreiro a Junta de Freguesia tem pressionado o senhor Vice-Presidente da Câmara no sentido de resolver a situação e ele diz que sim, que o problema irá ser resolvido mas a verdade é que se continua a adiar uma questão pendente à uma série de meses. Os técnicos da Câmara Municipal dizem que a instalação está feita, que está desligada por causa dos postes. Se a instalação está feita a colocação de postes novos será assim tão difícil dar luz ao Barreiro? Perguntou. O Barreiro é cada vez mais usado por pessoas que vão passear e por não ter luz à noite é utilizado para atos de vandalismo e para a execução de práticas menos próprias, incluindo o tráfico de droga. Portanto, além do embelezamento do espaço era importante resolver a situação. O senhor Deputado tem conhecimento que está previsto utilizar o projeto Flamingo como fonte de iluminação mas isso pode ficar para uma fase posterior, porque agora é urgente resolver o problema de segurança e de embelezamento daquele espaço. Em relação à delegação de competências a Câmara Municipal está em atraso, as Juntas de Freguesia

estão à espera de uma reunião. As Freguesias de Calvão e Ponte de Vagos e Santa Catarina são das poucas que não têm fibra e o senhor Deputado quer saber até que ponto não é possível apresentar uma candidatura do que falta no resto do concelho para acelerar o processo. Numa atividade empresarial que se quer cada vez mais rápida, Calvão tem um Colégio, tem uma escola, tem empresas que atuam cada vez mais a partir de casa, não se percebe que em dois mil e dezanove se seja a ponta fina da linha da fibra que vem de Aveiro. Na localidade a seguir a Calvão, que pertence ao concelho de Mira, Seixo, há fibra. O senhor Deputado pergunta o que é que se pode fazer, talvez unir esforços, para resolver a situação com alguma brevidade. A ponte do Barreiro foi vandalizada e os serviços da proteção civil entenderam por bem fechá-la. Neste momento está fechada mas esta não é solução. O senhor Deputado gostava, também, de reunir com o Executivo para saber da possibilidade de realizar um projeto e resolver a situação da ponte antes do verão em vez de se estar a adiar sistematicamente o problema. Outro projeto que gostaria de apresentar tem a ver com a possibilidade de se vir a construir balneários em madeira, no Barreiro, que careçam de localização e que possam servir as pessoas que frequentam aquele espaço que são cada vez mais. O senhor Deputado quis partilhar estes descontentamentos mas queria essencialmente respostas mais eficazes, porque corre-se o risco de se estar sistematicamente a adiar as coisas. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e questionou o Executivo Municipal sobre o ponto de situação do Orçamento participativo e se existem novidades. Outra questão, já abordada aqui, prende-se com os RSU', ou seja, tem-se verificado que os contentores têm estado bastante cheios, o que prova que a recolha não tem sido muito eficaz. Esta situação tem causado alguns dissabores. A pergunta que colocou é se o senhor Presidente da Câmara não concorda que quando era a Autarquia a fazer a recolha do lixo os serviços funcionavam melhor. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que iria começar por duas notícias que não foram nada boas para o concelho de Vagos. A primeira tem a ver com o facto de Vagos estar em último lugar nos indicadores relativos ao prazo médio de pagamentos e no distrito de Aveiro é mesmo aquele Município que demora mais tempo a pagar. O Município abandonou o Programa de Apoio à Economia Local, que serve para pagar aos fornecedores, e acabou-se por perceber que é o pior Município nesse domínio e, por isso, o senhor Deputado perguntou se o senhor Presidente está contente por estar em último lugar na lista do distrito de Aveiro e em que é que se está a falhar. A segunda questão prende-se com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Do que se sabe ainda não está atualizado, e Vagos é um dos quatro Municípios que não atualizou este documento. Sabe-se que o senhor Presidente não quis prestar declarações quando a notícia saiu na comunicação social, e, portanto, está sempre muito disponível para prestar declarações quando há notícias boas mas não tem coragem para comentar as menos boas. Neste sentido, perguntou que resposta é que preparou para a Assembleia Municipal sobre esta matéria. Outra questão, e que poderá servir de inspiração para Vagos, tem a ver com o dia em completou setenta e três anos o nome do Coronel António Marques Júnior, um militar de Abril, ficou registado na memória da cidade de Lisboa, isto é, foi criada a Alameda Coronel António

Marques Júnior, Militar de Abril. Este foi um momento interessante, fez com que Vagos aparecesse numa série de órgãos de comunicação social nacional, pela naturalidade da pessoa em causa. O Partido Socialista gostava de saber se há a possibilidade de se começar a pensar numa homenagem digna da toponímia de Vagos que fosse no mesmo sentido. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança o senhor Deputado tem ideia que este órgão não reúne há mais de ano e meio e, por isso, pergunta para quando está prevista a próxima reunião. No que respeita ao projeto Rural Mais perguntou qual o ponto de situação e quantas adesões à Bolsa de Terras, quantos serviços de pedido de apoio agrícola e que resultado tem a vertente Empreendedorismo Agro. O senhor Deputado questionou o senhor Presidente se entende que é justo as críticas que recebeu do Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, Filipe Jorge, sobre a transferência de competências quando o PSD e o CDS assinaram recentemente um acordo a dizer que a colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia estava a correr muito bem. O grupo municipal do PS avisou e referiu na altura que se calhar não era prudente haver um acordo político tão explícito naquele documento. Para terminar o senhor Deputado referiu que o PS está disponível para se associar a tudo o que for de melhor para o concelho também na área da saúde, como foi aqui mencionado, mas é preciso esclarecer que há excelentes resultados a nível nacional em termos de médicos de família, houve um grande aumento de médicos de família nesta legislatura, 97% de cidadãos nacionais com médico de família neste momento. A missão só não foi concluída porque não se pode obrigar os médicos a candidatar-se à vertente médico de família. ----

----- O senhor Deputado Arlindo das Neves usou da palavra e referiu que é com alguma indignação que faz esta intervenção. Há muito tempo a esta parte que o Posto Médico de Gafanha da Boa hora tem um médico a 50% do tempo, ou seja, vem dois dias e meio por semana. O que mais revoltou o senhor Deputado, e a algumas pessoas da sua freguesia, foi que lhe tinham garantido que o Posto Médico só iria ficar fechado do dia trinta de julho ao dia trinta de agosto e tal não aconteceu. O que aconteceu foi que colocaram lá uma informação/aviso a dizer que o Posto Médico iria ser fechado a partir de dezasseis de julho, antecipando assim o fecho quinze dias antes do previsto. Perante este cenário o senhor Arlindo teve a preocupação de procurar mais informações e foi-lhe garantido sempre que o Posto Médico iria abrir no dia trinta de agosto. O que é certo é que depois do dia trinta de agosto passou para o dia dezasseis de setembro. Entretanto, foi lá afixada mais uma informação/aviso a dizer que a abertura do Posto Médico passou para o dia trinta de setembro. Posto isto, e atendendo ao tempo de espera que se tem tido, e para evitar que aconteça o mesmo que em Covão do Lobo, o senhor Deputado pede a intervenção de todos. A população da Freguesia da Gafanha da Boa Hora é, na sua maioria, uma população envelhecida, com dificuldades de mobilidade, sem meios de transporte para se deslocar e aquele Posto Médico já não aceita mais inscrições de utentes. Qualquer inscrição nova é feita noutra Posto Médico de outra Freguesia, ou seja, estão espalhados por vários Postos Médicos do concelho. A Freguesia da Gafanha da Boa Hora é uma zona de praia, com muitos habitantes e, por isso, é inconcebível uma situação destas, quando se fala tanto em saúde. O senhor Deputado defende que se tem de agir

antes que feche o Posto de Saúde e deixou um apelo a todos, não só para a Gafanha da Boa Hora mas para todas as freguesias, para que se faça justiça e se cumpra o dever. -----

----- A senhora Deputada Elisabete Pequeno usou da palavra para colocar duas questões. A primeira delas prende-se com os animais errantes, ou seja, verifica-se que cada vez mais aparecem animais abandonados e por isso pergunta que soluções existe, se há alguma melhoria sobre aquilo que já tem aqui sido discutido em outras sessões, se há outras soluções e quais são. Entretanto, perguntou também o ponto de situação da campanha de esterilização dos animais, gatos e cães. A segunda questão tem a ver com o início do novo ano letivo. Foi aprovado, aqui nesta Assembleia, a transferência de competências na área da educação e a senhora Deputada quer saber como é que está este início do ano letivo e se já se está no exercício, de plenos poderes, desta competência, qual o ponto de situação. -----

----- O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e informou os presentes de que as obras da estrada Rines-Sanchequias estão a correr a bom ritmo mas a sinalética continua caótica fazendo com que os camionistas todos os dias reclamem. O senhor Albano já transmitiu esta situação, por diversas vezes, à empresa e eles “*olham para o lado*” e, por isso, pede que à Câmara Municipal para intervir junto do empreiteiro. Entretanto, informou também que em relação ao Orçamento Participativo o projeto “O Trilho da Lontra” está terminado, ficaram hoje prontas as últimas obras e, por isso, está em condições de ser utilizado por todos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. No que respeita à recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU's) foi aprovado em sede de Reunião de Câmara Municipal a rescisão do contrato com o atual operador. Esta informação faz parte da informação do Presidente da Câmara Municipal, ponto um da ordem de trabalhos. A rescisão foi feita por mútuo acordo e neste momento as equipas técnicas dos Municípios de Vagos, Oliveira do Bairro e Albergaria-a-Velha a tratar do novo procedimento. A rescisão foi feita por mútuo acordo abdicando a Luságua de qualquer tipo de indemnização por antecipação do fim do contrato e exigindo os Municípios que eles façam as limpezas e lavagens dos contentores, que era o que deveriam ter feito, conforme está contratualizado e que não foi feito. Nesta fase está a discutir-se quais os critérios que irão ser utilizados no futuro por causa da questão da adjudicação do novo contrato. Há alguns critérios que podem ser introduzidos que, quando são introduzidos, acabam por criar dificuldades porque há sempre recursos. Esta rescisão permite à Câmara Municipal assegurar o serviço até à data de entrada do novo operador, ou seja, quando houver um novo operador é o fim deste contrato. A decisão que irá ser tomada, é uma decisão de gestão, é saber se terá de se decidir pelo preço mais baixo ou se serão introduzidos alguns fatores para avaliação das propostas, sendo certo que se sabe o risco que se corre caso se introduzam esses fatores. Em relação ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios o senhor Presidente da Câmara não fez declarações públicas porque a pergunta que lhe foi feita pela jornalista não tinha esse dado que tinha sido publicado pelo ICNF, a lista dos Municípios que não tinham o plano aprovado. E isso faz toda a diferença, porque a Autarquia, e isso está devidamente documentado, tem andado a negociar com o ICNF, ou seja, solicitou a esta entidade

que fosse revisto, no plano, tudo o que diz respeito às faixas de proteção junto às zonas habitacionais, porque como se sabe o concelho tem um aglomerado urbano diferente de um meio mais serrano e tem as casa muito espalhadas. Se a Câmara tivesse de ser assegurada a faixa de proteção a todas as casas de acordo com o plano e não de acordo com a lei essa faixa aumentaria e causaria graves problemas a toda a população do concelho de Vagos. Todos os conselheiros foram unânimes em não se aprovar naquela reunião o plano para que este pudesse ser articulado entre os produtores florestais, representados pela Associação de Produtores Florestais do Baixo Vouga, pelos serviços técnicos da Autarquia e pelo ICNF. Isso foi feito, infelizmente no meio deste processo houve algumas mudanças, e uma delas foi a saída do Eng^o Rosmaninho do cargo de Diretor desta área. Este plano foi trabalhado em conjunto pelas entidades já referidas, acrescentando o prestador de serviços do Município, contratado para elaborar o plano, e, infelizmente, depois deste trabalho, e inexplicavelmente, o ICNF não aprovou o plano. Entretanto, realizou-se uma reunião com a nova diretora regional do ICNF, a Eng^a Teresa Fidélis, colocaram-lhe a questão e, neste momento, aguarda-se a resposta. Se o plano não for aprovado ter-se-á de voltar “à estaca zero” e isso quer dizer voltar a recolher os dados já do ano dois mil e dezoito, que é o ano que está mais atualizado, no entanto está a tentar-se a evitar que isso aconteça. Logo que haja uma resposta por parte o ICNF será convocada uma reunião da Comissão Municipal da Floresta Contra Incêndios e será discutida esta questão de forma ainda mais pormenorizada. Quanto à questão dos dois Postos Médicos o senhor Presidente referiu que a informação que tem, e que é desta semana, segunda-feira esteve reunido com o Presidente do ACeS, é que no caso da Gafanha da Boa Hora reabrirá na próxima segunda-feira e que o encerramento temporário se deveu ao facto de na UNSF Nossa Senhora de Vagos, que tem contratualizado a existência de dois polos, Polo de Vagos e Polo da Gafanha da Boa Hora, estarem três médicos de baixa. No caso do Posto Médico de Covão do Lobo é exatamente o mesmo assunto. É verdade que foram colocados aqui alguns médicos, quatro no concelho de Vagos sendo que duas médicas ficaram na USPS de Ponte de Vagos que terá por obrigação assegurar a abertura do Posto Médico do Covão do Lobo. A notícia que a Vagos FM deu há uns meses atrás transmitia em primeira mão e em voz própria aquilo que o Dr. Pedro Almeida garantiu sobre o assunto que era o facto de na altura não estarem feitas as obras. Essas obras foram feitas pela Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e com isso está assegurado, assim queiram as entidades que decidem na área da saúde, e não é a Câmara Municipal, é o ACeS e a ARS, e quando regressarem a duas médicas que se encontram de baixa médica, o Posto Médico reabrirá. Esta é a garantia que o senhor Presidente tem do Diretor do ACeS, embora essa garantia já ande a ser dada há algum tempo. O senhor Presidente tem pressionado, também, a ARS no sentido de fazer notar uma dificuldade muito grande que existia. Foi colocada uma médica nova no Posto Médico de Soza, uma terceira médica, e a verdade é que restavam centenas de utentes sem médico de família. Só da Gafanha da Boa Hora, e estes dados são públicos, que só tem um médico e devia ter dois, inscritos no Posto Médico de Soza, neste momento, são cerca de quatrocentos. E não faz nenhum sentido obrigar as pessoas a deslocarem-se da Gafanha da Boa Hora para virem ao Posto Médico de

Soza quando a USF tem uma unidade a funcionar naquela Freguesia. O senhor Presidente tem muitas dúvidas que os onze mil profissionais de saúde que o senhor Primeiro Ministro e a senhora Ministra da Saúde dizem que colocaram no Serviço Nacional da Saúde não corresponde à verdade, ou pelo menos em termos líquidos, porque o que se sabe é que integraram uma série de pessoal que estava com contratos a termo e mesmo assim não integraram todos. Só quem não vai ao Serviço Nacional de Saúde, e que vai aos hospitais privados, é que é capaz de dizer que o SNS, neste momento, está melhor. Na opinião do senhor Presidente está pior e este Governo desinvestiu no SNS e sobretudo fez uma coisa que considera lamentável, isto é, desrespeitou os profissionais de saúde como, por exemplo, está a fazer com os enfermeiros mandando fazer sindicâncias à ordem dos enfermeiros simplesmente porque a senhora Bastonária da Ordem dos Enfermeiros tem uma opinião própria, transmite e defende os profissionais da sua área. Em relação à questão da antiga Cerâmica de Vagos o Plano de Pormenor aprovado para aquele espaço desde há muito tempo prevê a manutenção da chaminé. Está a ser feita uma alteração ao plano que está neste momento em discussão pública, precisamente porque os proprietários daquele espaço propuseram à Câmara Municipal uma alteração. Essa alteração irá ser discutida aqui, nesta Assembleia Municipal, numa próxima sessão. Em relação aos lotes na Av. João grave o senhor Presidente não percebeu a menção, ou seja, não percebe aqui a ligação mas a Câmara Municipal tem esses lotes e já foi dada notícia várias vezes que neste momento está a ser acordado com a Santa Casa da Misericórdia uma permuta de dois desses lotes para aumentar a área de estacionamento junto ao centro da vila. Em relação à questão das vilas não é do tempo do senhor Presidente, não conhece o processo. Relativamente ao projeto da Escola Básica de Ouca o senhor Presidente não tem presente se já foi adjudicado mas irá verificar na segunda-feira e depois fará chegar a informação ao senhor Deputado Hugo Santos. Quanto à campanha de esterilização têm sido feitas muitas campanhas, têm sido testadas algumas campanhas alternativas. A Câmara Municipal em conjunto com um parceiro que tem, com quem assinou um protocolo, uma entidade da Figueira da Foz, levou alguns animais para a Dinamarca. É uma forma de resolver parcialmente a situação. O grande problema dos Municípios é que neste momento não se podem recolher animais, vaciná-los, esteriliza-los e devolve-los à natureza, isso é ilegal. Quando se recolhe um animal tem de se manter ou dá-lo para adoção. Essa é uma das matérias muito complexas, porque a Câmara Municipal não tem onde albergar tantos animais. Em sede de CIRA está-se neste momento em processo muito avançado de construção de três Centros Intermunicipais de recolha de animais que não vai resolver o problema, já todos os autarcas deram nota pública que não vai resolver o problema, vai amenizar o problema. Esta questão passa urgentemente por uma alteração legislativa ou por um complemento legislativo àquela legislação que não permite recolher e ocisar os animais. Neste momento há um problema que o senhor Presidente já o colocou na área da saúde pública e da proteção civil, porque há acidente de viação, há pessoas a serem atacadas e isto causa graves problemas. Infelizmente quem aprovou esta legislação não pensou na forma de resolver o problema. Em relação à questão do Turismo a Câmara Municipal tem uma técnica de Turismo, que neste momento se encontra de licença de maternidade, e não recebeu qualquer

queixa do funcionamento do Posto de Turismo da Praia da Vagueira. Tal como noutras áreas há melhorias a fazer, a Câmara Municipal tem feito o que está ao seu alcance com os meios e recursos que tem. Sobre o Programa Vagos em Ação o senhor Presidente discorda com o que foi dito pelo senhor Deputado Óscar Gaspar. Não é verdade que os miúdos que estiveram no Programa Q'Nice, os que estiveram a auxiliar os monitores, tenham ficado responsáveis por um grupo. A informação que o senhor Presidente tem é que isso nunca aconteceu. Todos os grupos tinham um monitor sénior. Quanto à questão da Ria Blades o que se pode adiantar é que o senhor Presidente tem falado regularmente com o senhor Secretário de Estado para a Internacionalização, falou também com o representante do AICEP na Embaixada na Alemanha e tem havido articulação com o Governo. Este é um assunto que também interessa ao Governo, por diversas razões, e tem acompanhado esta matéria de uma forma muito próxima. Relativamente à capa do Jornal o senhor Deputado já responsabilizou o senhor Presidente de muitas coisas mas, agora, ser responsável pela capa do Jornal não era coisa que estivesse à espera. Quanto às obras na EN 109 a Câmara Municipal não pode fazer nada porque ainda é competência do IP. A transferência de competência foi aqui aprovada aqui em fevereiro deste ano mas até hoje, e apesar da lei dizer que o Governo tem sessenta dias para dar resposta, Câmara continua a aguardar. A novidade sobre esse assunto, ou pelo menos sobre essa área, é que a Câmara Municipal já recebeu por parte do IP uma proposta, que irá ser analisada, sobre a construção de uma rotunda junto ao café Mira Vagos no cruzamento para a Ponte de Vagos. As questões levantadas pelo senhor Deputado Filipe Jorge foram várias mas o senhor Presidente da Câmara deu nota de que a Junta de Freguesia de Calvão até agosto deste ano fez quarenta e cinco pedidos à Câmara Municipal, vinte e cinco estão concluídos, doze estão autorizados e os restantes aguardam autorização. O que quer dizer que o senhor Presidente da Junta também não pode esperar que basta mandar para a Câmara Municipal um pedido e os problemas são logo resolvidos. Como o senhor Presidente de Junta sabe têm surgido outros problemas que têm de ser resolvidos e isso acaba por consumir recursos financeiros à Autarquia, como por exemplo, uma das coisas que não estava prevista era o acordo com o Colégio de Calvão para instalar lá o 1ºCEB e com isso ajudar, de uma forma significativa, aquele estabelecimento de ensino a continuar em funcionamento, algo tão importante para a Freguesia de Calvão. Este acordo implica que a Câmara Municipal gaste por ano cerca de cem mil euros. Outro investimento que está a ser feito em Calvão prende-se com as piscinas, que hoje são públicas. A Autarquia ficou com aquele espaço, e ainda bem, mas já foram ali investimos centenas de milhares de euros naquelas piscinas que servem a população do sul do concelho. A Câmara Municipal tem feito um grande esforço financeiro, continua a fazê-lo é preciso é que depois as reuniões que se tenham, nomeadamente a dos alinhamentos, depois sejam postas em prática na realidade, porque não se podem ter reuniões e não se fazer o que lá fica acordado. A questão da fibra é um investimento privado mas a Câmara Municipal tem feito um esforço junto da Altice para estender a fibra para o resto do concelho, nomeadamente para a zona mais a sul. Está acertado com a Altice a passagem de fibra na estrada Rines-Sanchequias e há a garantia que até ao final obra a situação está resolvida. A Câmara Municipal tem feito a sua pressão que é de facto

aquilo que pode fazer porque esse é um investimento privado. Relativamente à iluminação no Barreiro o senhor Presidente não tem presente informação sobre o ponto de situação mas irá ver e, depois, na próxima sessão dará nota disso. Em relação à transferência de competências o senhor Presidente na próxima reunião trará detalhadamente as razões a que se deve o atraso mas a informação que tem, daquilo que lhe foi feito chegar, até porque foi assinado com as sete Juntas de Freguesia restantes, é que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão é que se atrasou no envio das atas. Inicialmente a ata até foi enviada de uma forma errada e, por isso, não foi assinado na mesma altura que as outras por incumprimento da Junta de Freguesia. Esta semana foi pago às Juntas de Freguesia três trimestres do investimento. Em relação ao senhor Coronel António Marques Júnior é uma pessoa por quem o senhor Presidente tem um enorme respeito. A sugestão do senhor Deputado Bruno Julião só peca por uma coisa, isto é, se for dado o nome do senhor Coronel António Marques Júnior a alguma rua ter-se-á de trocar o nome da rua e depois irá causar problemas aos cidadãos que lá vivem. Sobre as questões do Rural+ o senhor Presidente não sabe responder neste momento mas dará nota na próxima sessão. Ainda agora se realizou uma atividade com relativo sucesso, uma visita a instalações noutros concelhos produtores de pequenos frutos e teve uma adesão muito significativa de pessoas. É um serviço disponibilizado há já alguns anos. No que respeita ao Conselho Municipal de Segurança neste momento está-se a adaptar o regulamento às novas transferências de competências que se discutido aqui em breve. Relativamente ao início do ano letivo correu bem, genericamente. Entretanto, terminou o concurso das auxiliares e esta semana colocaram-se catorze auxiliares nas escolas. Mais um adiamento de transferência de competências, não ocorreu no início do ano letivo como estava previsto. A Câmara Municipal recebeu a comunicação por parte do Governo de que essa transferência de competências irá ocorrer a partir de trinta e um de dezembro deste ano. Em relação à obra Rines-Sanchequias, por solicitação do empreiteiro, o prazo da obra foi estendido por mais três meses mas, neste momento, parte do troço inicial, desde Rines até mais ou menos ao cruzamento do café, está concluído, ou quase concluído, porque ficam a faltar as pinturas e melhorar a colocação dos sinais uma vez que alguns não ficaram bem. Relativamente ao muro do Jardim de Infância de Calvão a Câmara Municipal enviou no início de setembro um *e-mail* por causa da colocação das caixas. Relativamente aos projetos do orçamento participativo o Trilho da Lontra, em Fonte de Angeão e Covão do Lobo, está concluído, assim como o Flamingo, em Calvão. Por concluir estão os projetos de Santo André e Ponte de Vagos. O de Santo André tem uma questão para resolver relativamente ao planeamento e localização da obra que estava prevista e o de Ponte de Vagos tem algumas questões técnicas que têm de ser acertadas com o promotor. Até ao final do ano haverá novidades em relação estes dois processos. Em relação aos pagamentos a Câmara Municipal tem feito um esforço de redução dos pagamentos desde dois mil e dez. A Autarquia está a entrar no prazo que está estabelecido legalmente, ou seja, efetuar os pagamentos sessenta dias após a emissão da fatura. O que é bom de ressaltar é que se tem conseguido diminuir a dívida todos os anos mas este ano, à partida, não vai acontecer a mesma coisa e já foi dado nota disso atempadamente. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

-----E – Período da “ordem de trabalhos” -----

-----**PONTO UM: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra para tecer algumas considerações sobre este documento. A primeira questão que levantou prende-se com a falta de informação, relativamente a um tema que já aqui foi abordado hoje, a requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro. Não há, neste documento, uma única linha que fale do ponto de situação deste processo. Ainda na área das obras, referiu a situação do Bairro Pedro Guimarães, ou seja, mesmo depois de ter sido aumentado o valor da proposta voltou a não haver concorrentes. Em Vagos há pouca habitação social e o Bairro Dr. Pedro Guimarães é importante, estão arredadas vinte e sete apartamentos e três estão devolutos. Na opinião do senhor Deputado era importante devolver estes três apartamentos, que estão devolutos, ao mercado. No que respeita à área financeira já aqui foi falado na questão do PAEL e da substituição do contrato ou do crédito bancário com melhores condições, mas a verdade é que neste documento continua a vir informação do valor do PAEL. O senhor Deputado não sabe se é só uma questão de designação, o empréstimo é diferente mas se o termo é o mesmo ou se há alguma “gralha”. Outra questão que abordou prende-se com a dívida a empreiteiros e a fornecedores que atingiu um novo recorde, pelo menos a fornecedores. O valor em dívida é o mais elevado destes últimos três anos, devem-se quase dois milhões de euros a fornecedores. Só nos últimos três meses houve um aumento de seiscentos e quarenta e nove mil euros. O senhor Deputado pergunta se há alguma explicação para um montante tão elevado. Relativamente aos empreiteiros há aqui uma subida de setenta e um mil euros, que também é significativa. E relativamente a esta informação o senhor Deputado quis “colar” outra porque quem houve falar desta história, e parece que o CDS está sempre a falar da mesma coisa, e é verdade, porque as dívidas continuam a aumentar, parece que isto é uma grande novidade. A informação da DGAL, um relatório que sai de três em três meses, parece que é uma grande novidade quando, na verdade, desde há dois anos, que Vagos consta sempre e, portanto, isto não é novo. O grupo municipal do CDS-PP não aborda estas matérias de “ânimo leve”. Vagos, neste momento, demora em média oitenta e um dias a pagar a fornecedores, quando a média nacional é de vinte e sete dias. Das Câmaras Municipais que fazem parte da CIRA Vagos é a única com esta informação negativa por parte da DGAL. Há trezentos e oito concelhos no país e vagos está entre os vinte ou trinta que pagam tarde e com a dívida a aumentar. -----

-----O senhor Deputado Óscar Gaspar e referiu que umas das questões, e que é comum à do grupo municipal do CDS-PP, prende-se com a habitação social nomeadamente o facto de haver

três apartamentos devolutos no Bairro Pedro Guimarães. Tendo em conta que há muita necessidade de habitação no concelho o senhor Deputado pergunta se aqueles apartamentos não podiam se reabilitados e não podiam ser aproveitados por quem deles precisa. Outra questão que levantou prende-se com a baixa adesão ao Programa Q'Nice, tendo abrangido apenas vinte e nove jovens do concelho, o que muito surpreendeu o senhor Deputado que não acredita que só estes jovens é que reuniam condições para participar. Alguma coisa aconteceu de errado, falta de divulgação ou porque não havia condições de enquadrar os jovens, mas não é admissível que um programa destes para um concelho jovem como Vagos abranja tão poucas pessoas e com certeza houve muitos que ficaram com pena de não estar. Em relação a uma resposta do senhor Presidente da Câmara, o senhor Deputado não costuma trazer para esta Assembleia questões pessoais mas uma coisa garante teve os seus filhos em diversas posições no Vagos em ação este ano e pode garantir, e se quiser refere nomes e indica datas de quando isso aconteceu, casos em que houve grupos onde os monitores eram jovens de dezasseis anos. Hoje não queria repetir as críticas que têm vindo a fazer, em relação ao conteúdo da informação do Presidente, e sim informar os membros desta Assembleia que oportunamente entregou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos líderes do PSD e do CDS-PP uma proposta para reformulação deste documento que espera vir a ser analisada e que possa ter alguma utilidade naquilo que seja informação útil para todos. Em relação à questão da saúde tem-se a realidade dos factos é que têm aquilo que se deseja que aconteça. A realidade dos factos, houve um investimento muito forte nos últimos quatro anos na saúde e Portugal e nomeadamente no Serviço Nacional de Saúde. Ainda ontem saíram os novos dados de execução orçamental e verificou-se que a despesa com pessoal, na saúde, está a aumentar 7,4%, ou seja, é verdade que estão muito mais pessoas no SNS do que estavam, é verdade que entraram onze mil pessoas no SNS e é verdade que o SNS está a ter mais consultas e mais intervenções cirúrgicas e, portanto, a ter mais meios complementares de diagnóstico e a disponibilizar mais medicamentos aos portugueses. Coisa diferente é saber se chega. Não chega, não é suficiente e é sabido que faltam meios financeiros, falta dar autonomia às instituições e é por isso que é importante que se continue o caminho. Uma coisa é certa, daqui por uns dias tirar-se-á a verdade dos factos e ficará a saber-se se os portugueses acham se de facto se cumpriu e se foram criadas melhores condições ao país ou se vem aí o “diabo” e estes foram quatro anos perdidos. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referido que em relação à Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro o projeto está em fase de conclusão e será aprovado numa das próximas reuniões de Câmara de outubro. De seguida será lançada a empreitada. Relativamente ao Bairro Dr. Pedro Guimarães foram lançados dois concursos, já vai no terceiro e finalmente há já propostas e, portanto, haverá já uma entidade a quem será adjudicada a obra. O três apartamentos que estão devolutos não estão em condições de serem entregues a ninguém, porque chove lá dentro. Além disso terá sempre de haver um número de apartamentos disponíveis para situações de emergência. No que respeita ao PAEL ainda aparece porque ainda não foi assinado contrato, foi enviado para visto do Tribunal de Contas. Em relação

às dívidas, e ao facto destas terem aumentarem, a Câmara Municipal ainda está a pagar alguns processos que vêm da gestão do CDS, que devia ter tido a obstinação de não pôr na justiça aquilo que podia ter sido resolvido politicamente e hoje a Autarquia não teria, provavelmente a dívida que tem. Além do PAEL estão lá mais três milhões de euros de um processo que o CSD na altura não resolveu. Entretanto, o senhor Presidente pediu permissão à Mesa para responder a uma questão colocada pelo senhor Deputado José Martins, no período antes da ordem de trabalhos, que por esquecimento não respondeu. A rede viária de Vagos é o grande “calcanhar de Aquiles” deste executivo que não tem orçamentos tão bons como algumas Autarquias. Neste momento estão a ser feitos os alcatroamentos na Gafanha da Boa Hora e, se tudo correr bem, já começou na Ponto de Vagos, e na próxima semana está previsto vir para Vagos. Como se sabe houve um problema com o primeiro empreiteiro e teve de se adjudicar a obra ao segundo. Em relação a algumas das vias principais, concluiu-se a rua das Abelhas, já foi lançado o procedimento para a rua da Fonte, para a construção da ciclovia e a melhoria da estrada desde o cruzamento até à rotunda da zona Industrial. O projeto foi aprovado com a rua da Fonte a ficar de sentido único, no sentido Vagos Vagueira, para melhorar as condições de acessibilidade e dos meios de mobilidade suave e para dar alguma maior segurança aos habitantes daquela rua. Relativamente às questões do senhor Deputado Óscar Gaspar, no que respeita ao programa Vagos em Ação Júnior se foi como disse, que não vai de encontro à informação dos serviços, não devia ter sido. Se foi assim como referiu também não custa nada assumir que está errado e não pode acontecer, porque nem sequer eram essas as instruções que havia. Mas a informação irá ser recolhida, e saber o caso em concreto seria importante, para se poder fazer uma avaliação. De todas as formas a ter acontecido que pelos menos seja a exceção e não tenha sido a regra, porque não faz nenhum sentido. Em relação ao programa Q’Nice o senhor Presidente considera vinte e nove adesões, para primeiro ano, e com o prazo que se teve, muito bom. No próximo ano ir-se-á trabalhar para melhorar, obviamente, e para ter mais jovens nestes programas que valorizam muito quer os jovens quer a Câmara Municipal, que lhe dá a conhecer outras realidades. Relativamente à dívida a fornecedores houve um montante de cerca de quinhentos mil euros que anda a ser discutido com faturas da EDP que estavam mal e como se sabe a Câmara investiu muito nessa matéria para que as faturas viessem com montantes corretos para não estar a pagar mais. Este processo poupou umas dezenas de milhares de euros à Câmara Municipal de coisas que eram cobradas indevidamente, nomeadamente potências não estavam instaladas, consumos que não eram feitos, leituras que não eram feitas, etc.... Durante todo este tempo as faturas, enquanto iam e vinham, não eram registadas, porque não havia razão para se registar, e quando se acertou tudo elas foram registadas e têm um peso grande na dívida a fornecedores. Em relação à questão do Serviço Nacional de Saúde quem o utiliza e quem vive, e de quem dele precisa, do SNS sabe bem que o que o senhor Deputado Óscar Gaspar disse não corresponde à realidade. E para um Governo que dizia que devolvia tudo a toda a gente, que tomou algumas medidas populares para agradar às pessoas, a verdade é que se o pai do SNS hoje fosse vivo, e ele ainda o chegou a dizer em vida, e com o serviço de saúde que o PS está a deixar ao país, neste momento, é muito pior do que o SNS

que herdou do Governo anterior. O problema é no próximo dia seis de outubro não vai haver uma manifestação da realidade daquilo que o senhor Deputado Óscar Gaspar disse, porque a maioria dos portugueses em dois mil e quinze votou no Governo do PSD e do CDS e no entanto eles não foram Governo, ou seja, ganharam as eleições e não foram Governo. O resultado das eleições, agora, é sempre uma coisa muito relativa. -----

-----De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO DOIS: REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PARA CONHECIMENTO; ----

----- O senhor Presidente da Mesa informou de que este ponto é só para conhecimento dos membros, como acordado entre os líderes dos grupos municipais. O documento que foi enviado foi o resultado de varias reuniões realizada entre a Mesa e os Líderes dos grupos municipais de modo a preparar uma ferramenta que vigore para o futuro em termos de funcionamento e, por isso, nada melhor que ser discutido por todos de forma aberta e transparente, porque é assim que se deve estar em política e em democracia. -----

-----O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para usar da palavra e começou por louvar a atuação do senhor Presidente da Assembleia Municipal neste processo. O documento que chegou aos membros desta Assembleia Municipal é o resultado de um amplo consenso que foi possível gerar entre o líder do grupo municipal do PSD, o Líder do grupo municipal do CDS e com o líder do grupo municipal do PS. A ideia foi ter um documento que fosse um compromisso e que fosse confortável para todas e para cada uma das partes. No fundo aquilo que está em causa conseguirem-se regras para esta Assembleia Municipal funcionar melhor, ou seja, funcionar de forma mais aberta, com mais participação do público, com regras mais claras do relacionamento entre os próprios membros, mais tempo para discussão e uma série de inovações importantes. Os membros depois de analisarem este documento perceberão que há aqui uma série de medidas que passam a dotar esta Assembleia de um regimento mais moderno e mais útil, tanto para os membros deste órgão como para os cidadãos. -----

-----De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO TRÊS: ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SUBSTITUTO (TAMBÉM ESTE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA) PARA REPRESENTAR TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO DE VAGOS NO XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES; -----

----- Relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os grupos municipais relativamente a propostas a apresentar. O senhor deputado Nuno Moura sugeriu, em nome do grupo municipal do PSD, o senhor Albano Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, e como substituto Nelson da Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, designada por lista A. O senhor Deputado Jorge Henrique da Graça Pereira sugeriu, em nome do grupo municipal do CDS-PP, Hugo Miguel

Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, e como substituto, o senhor Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, designada por lista B; -----

----- Seguidamente foram distribuídos vinte e seis boletins para se proceder à eleição do representante e substituto e convidados os senhores deputados a votar indicando no boletim a lista em quem desejam votar, lista A ou lista B. -----

----- A votação foi feita, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: lista A obteve dezoito votos (18) votos, a lista B obteve seis (6) votos e houve dois (2) votos em branco. ---

----- Concluída a votação, foi eleito como representante de todas as Juntas de Freguesia do Município de Vagos, para participar no XXIV Congresso da ANMP de 29 e 30 de novembro de 2019, o senhor Albano de Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e como substituto do representante de todas as Juntas de Freguesia do Município de Vagos, o senhor Nelson da Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião de Câmara no dia 19 de setembro de 2019. -----

----- PONTO QUATRO: QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – DL 20/2019, DE 30 DE JANEIRO – CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DE PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS; -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que em relação à transferência de competências já disse algumas coisas no período antes da ordem do dia e este é mais um dos assuntos que está como está. A Câmara Municipal tinha dito, na sessão da Assembleia Municipal onde este ponto foi discutido, que havia oposição por parte dos médicos veterinários e a verdade é que houve a revogação da parte do diploma onde existiam as dúvidas. --

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que este ponto é só de informação e não é para votar mas mesmo assim quis deixar duas notas. Primeira delas foi que o grupo municipal do PS não percebeu exatamente qual foi a motivação da Câmara Municipal trazer à Assembleia Municipal este ponto mas já que trouxe não há problema nenhum e todos ficam informados. No entanto, não altera em nada a realidade de Vagos. Esta Assembleia tinha decidido não aceitar esta competência. Esta competência deixa de ser passível de ser passada para as Câmaras Municipais. O que aconteceu foi que o Bloco de Esquerda pediu a apreciação parlamentar deste diploma legal. Houve uma discussão na Assembleia da República, ao Bloco de Esquerda juntou-se o Partido Comunista Português, o PSD e o CDS-PP que votaram pela revogação da norma com o voto contra do Partido Socialista. Estes quatro partidos têm toda a legitimidade de se unir e chumbar uma lei do Partido Socialista e a lei caiu. Mas que fique também registado que o Partido Socialista continuou a defender esta lei por entender que ser uma lei que fazia todo o

sentido e mais uma vez contínua do lado daqueles que defendem a descentralização é importante para o Estado e para as Autarquias Locais. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que tinha pensado em dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara pelas obras na EN109, porque pensou que já tivessem sido transferidas as competências mas afinal não foram. Em relação a este ponto quando o viu na ordem trabalhos não percebeu que a lei tinha sido revogada e depois ao consultar o decreto-lei 20/2019 é que percebeu que tal havia acontecido e lembrou-se que tinha sido por causa desta competência que numa sessão da Assembleia Municipal tinham acusado o senhor Presidente da Câmara de estar a distinguir os veterinários e de ser parialista relativamente a isto. Afinal, parece que a maioria dos portugueses, ou pelo menos a maioria da Assembleia da República que representa a maioria dos portugueses, optou por revogar este diploma. O senhor Deputado percebe que a bancada do PS não esteja satisfeita com o facto de este ponto vir à Assembleia Municipal mas entende que todos os membros devam ser informados da revogação desta lei. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que a câmara decidiu trazer este assunto para conhecimento, de facto para o ano de dois mil e dezanove é irrelevante mas tem consequências para os anos seguintes e já fica feito, ou seja, que não terá de se discutir de novo esta matéria quando se discutir a transferência de competências. A Câmara Municipal não tem ainda nenhuma competência efetivada, é só em termos de marketing político. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião de Câmara no dia 19 de setembro de 2019. -----

----- **PONTO CINCO: IMPOSTOS MUNICIPAIS;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o senhor Presidente disse, relativamente aos impostos municipais, que era basicamente o mesmo que no ano passado. No entanto, ao senhor Deputado não lhe parece. Olhando para aquilo que foi a Assembleia Municipal do ano passado, em termos idênticos, a que aconteceu há dois anos e noutros anos falta aqui um ponto. A questão é se falta de forma premeditada, se falta porque foi esquecido, se falta porque foi adiado ou se falta porque há aqui uma boa notícia para dar aos vaguenses. Falta aqui o ponto sobre o IRS que nos outros anos sempre foi incluído juntamente com a questão da Derrama, do IMI e da taxa de direitos de passagem. A pergunta é se de facto se está aqui com uma boa notícia para os vaguenses, que finalmente a Câmara abdicou de ficar com aquela percentagem do IRS dos vaguenses e vai permitir devolve-los, e isso sim seria uma excelente notícia, ou aconteceu alguma coisa para este tema ter saído deste pacote. Na informação dos serviços da Câmara em relação à Derrama chama-se à atenção que é possível ter uma taxa reduzida tendo em conta que o artigo 18º da Lei das Finanças Locais tem uma nova redação. Depois no artigo 16º nº2 da Lei das Finanças Locais diz *“A Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, aprova o regulamento contendo critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou*

parciais, objetivas ou subjetivas relativamente aos impostos e a outros tributos próprios.” Esta versão da lei tem mais de um ano, e a Câmara Municipal não deliberou e não enviou aos membros desta Assembleia nenhuma proposta de regulamento para o reconhecimento de isenções e benefícios fiscais. O senhor Deputado notando esta falha, ou este atraso, da parte da Autarquia lança um desafio, ou seja, que numa próxima sessão se possa agendar uma discussão, independentemente da Câmara Municipal fazer ou não a proposta, para se discutir em que termos se entende que deve haver isenções e benefícios fiscais nos impostos que são de receita da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que a proposta é exatamente igual à do ano passado, apenas uma alteração legislativa e se a câmara Municipal não disser nada recebe os 5% de IRS. O que seria interessante seria o Governo devolver uma parte dos 95% com que fica e não ter a maior carga fiscal de sempre aos contribuintes. Em relação ao regulamento a Câmara Municipal tem um aprovado há já uns anos. O regulamento já foi aqui discutido, aprovado e está publicado, há mais de um ano. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar retomou a palavra e referiu que a informação da Câmara Municipal é que para a redução da Derrama, para as empresas que faturam até cento e cinquenta mil euros, o argumento é a norma da lei que diz que não há regulamento. Se o senhor Presidente da Câmara diz que há regulamento esta redução tem de ser de acordo com o mesmo, e não a invocar que não há regulamento. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e esclareceu que o regulamento está em vigor há um ano e meio e já foram atribuídas algumas isenções e benefícios fiscais depois disso. De todas as formas a Assembleia Municipal é sempre soberana para tomar decisões, quer elas sejam de acordo com os regulamentos, ou alterar regulamentos ou criar novos regulamentos. Mas, não parece que esta situação que o senhor Deputado fala tenha aqui aplicação. -----

----- O senhor Presidente da Mesa referiu que este assunto pode posteriormente esclarecido e não inviabiliza a estar-se aqui, hoje, a votar esta proposta que a Câmara Municipal apresenta. Se os senhores Deputado acharem por bem vota-se a proposta e, depois, a Câmara Municipal esclarece.

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que esta informação diz até aprovação de um Regulamento que crie as regras para este tipo de isenção, não são as isenções que estão previstas no regulamento dos projetos de interesse municipal. Há isenções e benefícios fiscais que estão previstos no regulamento que está aprovado há mais de um ano. Para esta matéria em específico nem faria sentido estar a criar um regulamento, a vir a ser aprovado nesta Assembleia Municipal, só para discutir esta questão quando se pode aprovar todos os anos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos grupos municipais do PSD e do CDS-PP, e duas (2) abstenções do grupo municipal do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em reunião de Câmara no dia 19 de setembro de 2019. -----

----- **PONTO SEIS: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Não houve nenhuma intervenção. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Esgotados que estavam os pontos da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período de intervenção do Público. -----

----- Do público pediram para usar da palavra os senhores Victor Figueiredo e o senhor Alexandre Marques. -----

----- O senhor Victor Figueiredo usou da palavra e referiu que antes de colocar a questão ao senhor Presidente da câmara Municipal queria fazer um agradecimento ao senhor Deputado Nuno Moura que na última reunião, após a sua intervenção, propôs que fosse enviado para o ministério Público a cópia da ata. *“Penso que toda a gente deve saber porque é que o nosso Presidente é conhecido, se é conhecido, pelo pedincha e porque é que é conhecido pelo pedincha.”* O segundo agradecimento vai para o grupo municipal do CDS-PP que, segundo o cidadão, não permitiu que fosse transcrito para a ata declarações que o senhor Victor não tinha proferido. Segundo o senhor Victor o senhor Presidente da Câmara já várias vezes falou, aqui, hoje, sobre críticas ao Governo. Houve uma questão, e um escândalo, que todos os portugueses tiveram conhecimento, relativamente à contratação dos familiares do Governo, dos Secretários de Estado e dos Ministros. O problema é que aqui em Vagos está-se com o mesmo problema. *“Senhor Presidente, existe uma grande promiscuidade entre Juntas de Freguesia e a Câmara. Ora vejamos, começemos pela Junta de Freguesia da Boa Hora. O senhor Presidente na Junta de Freguesia da Boa Hora contratou um familiar direto do Presidente, contratou a esposa do Secretário. Relativamente a Vagos o senhor Presidente acabou de contratar a nora do Presidente da Junta. Relativamente a Soza o senhor Presidente contratou um familiar direto, penso que é um sobrinho, do Presidente da Junta. Em Ouça não contratou ninguém, não sei porquê, continuemos. Em Santa Catarina e Ponte de Vagos o senhor Presidente contratou o Secretário. Depois, restam as outras duas, penso que aí não terá contratado ninguém. O certo é que às vezes, há um ditado que diz faz o que eu digo não faças o que eu faço. E, em boa verdade, é o que se está a passar, não é? o senhor Presidente critica o Governo por algumas atuações mas depois acaba por fazer exatamente a mesma coisa. Eu vou interpolar o Presidente do seu partido, que foi um ex-autarca, a ver se ele concorda com esta política.”* -----

----- O senhor Presidente da Mesa, antes de passar a palavra ao outro cidadão, e uma vez que foi feita aqui uma observação que não corresponde à verdade, pretende esclarecer, até na defesa da honra, da dignidade dos senhores Deputados e do exercício responsável que têm feito. Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal tem de repor aqui a verdade, ou seja, na última sessão foram interrompidos os trabalhos e foram ouvidas as declarações do senhor Victor Figueiredo na presença de todos os senhores Deputados, de todos os grupos municipais, incluindo

o grupo municipal do CDS-PP, e foi aprovado em minuta o teor e na íntegra das declarações e não ocorreu aquilo que o senhor Victor Figueiredo referiu aqui. O senhor Presidente da Assembleia Municipal concluiu dizendo que em nome da verdade e do bom nome, que não necessitava, dos senhores Deputados do CDS-PP, não podia deixar passar sem dizer o que acabou de dizer. O texto foi ouvido, foi corrigido na íntegra aprovada a minuta, e por unanimidade de todos os senhores Deputados presentes, de todos os partidos, porque o assunto é sério e delicado demais para se fazer política com ele. Hoje mesmo, foi aprovada a ata com esse mesmo teor das declarações. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira pediu para usar da palavra para esclarecer e defender a honra do grupo municipal do CDS-PP. O senhor Deputado perguntou se o senhor Victor não se terá enganado ao afirmar que o grupo municipal do CDS-PP alterou a ata, ou que não deixou que as suas palavras ficassem em ata. Tal não aconteceu. -----

----- O senhor Alexandre Marques, da Freguesia de Calvão, pediu para usar da palavra e referiu que tem visto que no sul do concelho há cada vez menos jovens, e não só, há cada vez menos pessoas, a trabalhar e por isso pergunta, ao senhor Presidente da Câmara, para quando um investimento inteligente no sul do concelho. A zona norte do concelho tem uma zona industrial e um parque industrial e por isso quer saber para quando um parque industrial na zona sul, algo que aumente postos de trabalho e que faça as pessoas lá ficarem e outras de fora virem para lá. A segunda questão é dirigida aos senhores deputados, e gostava que pelo menos um Deputado de cada grupo municipal pudesse responder. O senhor Alexandre acredita que haja um gabinete de apoio jurídico para os senhores Deputados desta Assembleia Municipal e pergunta isto por algo que veio a público recentemente em relação a um acontecimento na Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, em que o Ministério Público deduziu uma acusação, ou levantou uma acusação. Havendo esse gabinete de apoio jurídico aos senhores Deputados se houve algum Deputado, nesta legislatura, que já usufruiu desses serviços e se não houve, Deputados a usufruir desses serviços, se confiam tanto assim naquilo que o Executivo Municipal apresenta e se não surgem dúvidas para tirar esclarecimentos com esse mesmo gabinete de apoio jurídico. A terceira questão é dirigida ao senhor Deputado Óscar Gaspar, e não tem nada a ver com perguntas diretas, é mais uma opinião, nem enquanto vaguense nem enquanto militante do PS mas sim enquanto português. Aumentar emprego, devolver o rendimento aos portugueses, o senhor Deputado parece que levaram o Presidente das festas e brilhantina para ficar bem nas fotografias e o PS “*colhe os louros todos*” de um trabalho que não é só do Partido Socialista e da esquerda unida é também do Governo PSD e CDS. É um trabalho que foi feito, e muito bem feito, de um Governo que teve de lidar com a *TROIKA* em Portugal, que não foi fácil, para resolver um problema que por tradição é o costume do PS, isto é, deixar o país à beira da bancarrota. Enquanto português o senhor Alexandre Marques não concorda com o que o senhor Deputado Óscar Gaspar diz. Por último questionou o senhor Presidente da Câmara se o CDS alguma vez infringiu a lei. Sempre que se inicia uma nova legislatura, um novo ciclo, em que o poder é de um novo partido, ou de uma força política nova, normalmente dá-se um prazo de meio ano para falar dos seus antecessores. O

antecessor deste Executivo foi o Dr. Rui Cruz, pelo PSD, que passou cinco anos a falar mal do seu antecessor Dr. Carlos Bento, eleito pelo CDS. O senhor Alexandre perguntou se o CDS alguma vez infringiu a lei para o senhor Presidente dizer que foi só pela obstinação do CDS que não se resolveram os problemas da Câmara Municipal de Vagos e que é do CDS a culpa das dívidas que a Câmara tem. Sendo que o Dr. Carlos Bento sempre cumpriu a lei, e isso ficou provado na justiça, porque se assim não fosse teria sido acusado e preso, o senhor Alexandre gostaria que o senhor Presidente dissesse onde é que ela não cumpriu a lei. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões levantadas pelo público e começou por esclarecer que nunca disse que o CDS infringiu a lei. O que o senhor Presidente disse foi que o CDS tomou opções políticas erradas e que elas, quer queiram quer não, têm consequências nos dias de hoje. A Câmara Municipal ainda hoje está a resolver processos que vinham desde esse tempo. Ainda há pouco tempo acabou de resolver um dos processos dessa altura, o processo do Parque de Campismo, em que havia um pedido de indemnização de cinco milhões de euros, e que a Câmara Municipal, felizmente ganhou até à última instância e transitou em julgado. O senhor Presidente é daqueles que defendem o lema *“à política o que é da política e à justiça o que é da justiça.”* Não se deve arremessar a questão da justiça uns contra os outros, exceto quanto aquilo que é a nossa honra e dignidade e quando há tentativas de a afetar. O senhor Presidente julgava que ia passar doze anos na Câmara Municipal sem meter a justiça no meio da política e infelizmente há pouco tempo teve de o fazer, embora não sejam todos os que o fendem e sim que ele permite. Relativamente ao investimento na zona sul do concelho, às vezes há algum investimento, ou algum trabalho, que não é novo mas que é um investimento inteligente. Como foi inteligente o facto da Câmara Municipal se ter empenhado a fundo para que o Colégio de Calvão não fechasse portas e se mantivesse em funcionamento. A área da educação é muito importante em qualquer sociedade, e em Vagos em particular. Os dados estatísticos dizem que o concelho de Vagos tem estado a crescer, a aumentar a população e tem sido assim nos últimos anos. O concelho de Vagos é dos que mais tem crescido e aumentou o número de pessoas inscritas, passando o concelho de Oliveira de Bairro, nos Centros de Saúde e Postos Médicos. Não que com isto dizer que tenha aumentado a população mas nesta área em concreto Vagos ultrapassou o concelho de Oliveira do Bairro. Outro grande investimento na zona sul é o que está a ser feito na estrada Rines/Sanchequias, que alimenta também uma estrutura industrial muito forte em Ponte de Vagos. A Câmara Municipal poderia fazer mais? Sim, poderia se houvesse mais recursos financeiros. Relativamente à questão levantada pelo senhor Victor Figueiredo, em relação ao Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora o filho dele já trabalha na câmara Municipal de Vagos há muitos anos, mais anos do que o senhor Presidente alguma vez esteve. A esposa do senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia foi eleita democraticamente pelo povo. Os outros que mencionou são nomeações políticas que estão previstas de acordo com a lei e, portanto, o senhor Presidente não sabe exatamente ao que o senhor Victor se quer referir. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra para responder à questão levantada pelo senhor Alexandre Marques. Assim sendo, referiu que sim, que assume que os resultados destes

quatro anos de Governo decorreram da ação política do Partido Socialista e Governo do Partido Socialista. É verdade que com o esforço do trabalho de muitos portugueses e de muitas empresas portuguesas mas os resultados devem-se a esta Governação. Aquela ideia de ir para além da *TROIKA*, de mandar os portugueses para fora do país, de tentar empobrecer os portugueses, porque entendiam que empobrecendo os portugueses e baixando-lhe os rendimentos era o caminho correto dizendo que “*não havia alternativa*”, provou-se que foi um erro. Portanto, se há prova destes quatro anos não é o mérito da “medida A ou da medida B” é o mérito de se concretizar uma política alternativa. É verdade que este Governo criou trezentos e cinquenta mil postos de trabalho, as empresas portuguesas criaram, há hoje trezentos e cinquenta mil portugueses que têm trabalho. Uma questão nova neste ciclo político é que de forma um pouco inédita o que vai estar em causa no próximo dia seis de outubro é de facto o resultado da Governação, o programa apresentado por este Governo foi escrupulosamente cumprido, aquilo que lá esta e que muitos disseram que não era possível, que não acreditavam, foi cumprido e foi por isso que Portugal subiu nos *rankings* e é por isso que Portugal saiu dos défices excessivos da União Europeia. -----

-----De imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

O Presidente, _____.